

BNDES antecipa R\$ 30 bi ao Tesouro

Por Francisco Góes e Bruno Villas Bôas | Do Rio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concluiu nesta semana o cronograma de pagamentos ao Tesouro Nacional previsto para 2018. Ontem, o presidente do BNDES, Dyogo de Oliveira, disse que a instituição efetivou, na segunda-feira, a última parcela deste ano relativa ao pagamento antecipado do banco ao Tesouro Nacional, no montante de R\$ 30 bilhões. "A devolução antecipada representa uma contribuição importante do BNDES para a saúde financeira das contas públicas", disse Dyogo.

O BNDES já antecipou ao Tesouro neste ano R\$ 130 bilhões e, nos últimos três anos, a devolução do banco ao seu controlador, a União, equivale a 5% do Produto Interno Bruto (PIB), disse Dyogo. Desde dezembro de 2015, o banco liquidou antecipadamente cerca de R\$ 310 bilhões de dívidas com a União. No fim de julho, o conselho de administração do banco aprovou a antecipação, em 20 anos, da dívida do banco com o Tesouro Nacional.

O novo perfil de dívida será de amortizações mensais constantes entre 2019 e 2040. O pagamento de juros também será mensal e não haverá carência de juros. O

montante previsto de pagamentos do BNDES à União em 2019 será de R\$ 26 bilhões, disse Dyogo.

O presidente do BNDES disse não acreditar que haja mudanças no cronograma de antecipação já acertado até 2040, mas reconheceu que ainda cabe uma avaliação do tema por parte do Tribunal de Contas da União (TCU). "O TCU é soberano [na análise do tema]", disse Dyogo. Segundo ele, em havendo manifestação favorável do TCU sobre o assunto, o banco irá dar seguimento às devoluções de acordo com o planejado.

Conforme já publicado pelo Valor, o cronograma de antecipação válido a partir de 2019 terá regra segundo a qual a dívida será corrigida pela Taxa de Longo Prazo (TLP), mas limitada a 6% ao ano. Se a taxa do ano for maior do que 6%, a diferença passará para 2040.

Apesar do grande volume de devoluções antecipadas ao Tesouro, o diretor financeiro do BNDES, Carlos Thadeu de Freitas, considera que o banco está "muito confortável" em termos de fluxo de caixa neste ano e também em 2019. A previsão de Thadeu é que o banco possa desembolsar entre R\$ 70 bilhões e R\$ 75 bilhões em 2018, algo semelhante ao desembolso de 2017 que foi de R\$ 70,7 bilhões, queda de quase 20% sobre 2016. Em 2019, mesmo que o desembolso

chegue a R\$ 90 bilhões, o banco estará bem de caixa, prevê Thadeu.

Contribui para essa situação o grande volume de pré-pagamentos de financiamentos feitos pelas empresas em um cenário de queda da inflação e de contratos indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que foi extinta. Este ano, até julho, o BNDES recebeu cerca de R\$ 17 bilhões em pré-pagamentos.

A situação confortável do banco em termos de caixa também foi motivada pela queda na demanda por novos empréstimos. Ao mesmo tempo, o BNDES tem uma baixa inadimplência, da ordem de 1,45% em junho de 2018 (mas o percentual chega a 0,18% se for excluída a dívida do Estado do Rio com o banco, que é garantida pela Tesouro). Thadeu prevê ainda que a TLP continuará a ser competitiva nos próximos anos, embora a taxa possa oscilar dependendo do comportamento da inflação. "O banco é competitivo mais no longo prazo vis-à-vis outros bancos", disse Thadeu. Segundo ele, o banco continuará focado na sua principal função que é emprestar dinheiro de longo prazo para infraestrutura. Citou como exemplo os setores de energia, transporte e saneamento. Segundo ele, o BNDES tem uma condição única de conceder empréstimos em prazos longos. "Em prazo acima de 10, 15 anos, o banco é imbatível", disse Thadeu.

Governo libera R\$ 1,4 bi para evitar paralisação de serviços

Verba virá de arrecadação extra e de remanejamento de recursos entre áreas. Parte será distribuída para postos do INSS e manutenção de embaixadas

MANOEL VENTURA

O governo vai liberar R\$ 1,4 bilhão ao longo dos próximos dias para atender a pedidos “emergenciais” de órgãos públicos. Sem esses recursos, havia o risco de paralisação de alguns serviços. Parte do valor, cerca de R\$ 730 milhões, virá de um remanejamento de verbas dentro do Orçamento. Ou seja, serão cancelados recursos previstos para algumas áreas para que essa dotação seja colocada onde há mais necessidade.

Para fazer novas previsões dentro do Orçamento e atender aos pedidos dos ministérios, serão cancelados recursos empenhados, mas não desembolsados pelas pastas, e recursos previstos, mas que não chegaram a ser empenhados. Pelas regras orçamentárias, o empenho é apenas o primeiro passo, com promessa de pagamento se a obra ou ação for feita. Outros R\$ 666 milhões virão de uma arrecadação extra, que não estava prevista, identificada dentro do último relatório de avaliação de receitas e despesas, divulgado no fim de julho.

CALENDÁRIO DE PERÍCIAS

A maior parte do dinheiro extra

será distribuída para postos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que corriam o risco de parar, e para a manutenção de representações no exterior. O INSS reclama que não tem recursos suficientes para cumprir com o calendário de perícias até o fim do ano. Já o caso do Ministério das Relações Exteriores é considerado um dos mais urgentes. O Itamaraty tem tido dificuldades de custear as embaixadas.

Isso porque, quando calculou essa rubrica no início do ano, a equipe econômica considerou um câmbio mais baixo que o atual. Com a disparada do dólar, os valores ficaram defasados e abaixo do montante necessário para manter as operações. Por isso, serão necessários mais recursos para os postos no exterior. O dinheiro também será usado para pagar contratos atrasados há mais de dois anos. O valor remanejado dentro do Orçamento é apenas uma pequena parcela do total que foi solicitado por diversos órgãos públicos.

As demandas de todo o governo por mais dinheiro chegaram a R\$ 10,2 bilhões, mas não há recursos para atender a todas as solicitações. Dentro desse montante, a própria equipe econômica reconheceu que seria necessário liberar R\$ 1,4 bilhão, sob risco de parar a máquina pública. Os pedidos por mais recursos passaram a chegar à equipe econômica depois que foi

identificado um alívio de R\$ 1,8 bilhão em relação à meta fiscal programada para este ano, de déficit de R\$ 159 bilhões.

Porém, apenas R\$ 666 milhões podem ser usados. Isso porque as contas do governo estão sujeitas a um teto de gastos, pelo qual as despesas não podem crescer mais do que a inflação do ano anterior. Assim, por mais que entrem novas receitas, as despesas estão restritas ao teto. O restante do dinheiro extra que foi obtido, R\$ 1,1 bilhão, só pode ser direcionado para gastos fora do teto, como a capitalização de estatais. Nesse caso, a Telebras, por exemplo, irá receber R\$ 300 milhões.

AVALIAÇÃO
EM SETEMBRO

Na próxima avaliação de receitas e despesas, em setembro, poderá ser feita liberação de novos recursos. Mas isso depende da arrecadação do governo e de eventuais cancelamentos de despesas. Ao longo do ano, a equipe econômica precisa “calibrar” o Orçamento, diante de eventuais frustrações de receitas ou pedidos emergenciais por mais dinheiro, para que a máquina pública continue funcionando. Com as limitações impostas pelo teto de gastos essa tarefa ficou mais difícil, e é preciso constantemente definir o que é prioridade dentro do Orçamento.

Fórum Nacional debate caminhos para retomada econômica

Previdência e infraestrutura estão entre os temas que serão discutidos em encontro no Rio

GABRIEL MARTINS

Em um momento em que o país ainda caminha vagarosamente para sair da crise econômica e a indefinição marca o cenário político, o Fórum Nacional, que acontece amanhã e sexta-feira, no BNDES, no Rio, vai discutir a reestruturação da previdência pública, os investimentos em infraestrutura e as próximas eleições. O economista Raul Velloso, que preside o encontro, destaca que o principal problema do país continua sendo o desequilíbrio fiscal, mas ressalta que a diminuição do orçamento para obras compromete ainda mais a retomada do crescimento.

—A crise fiscal e a crise da infraestrutura são duas faces da mesma moeda. O problema fiscal, que é basicamente de previdência, está de um lado. Do outro está o fato de que os investimentos em infraestrutura desabaram nos últimos

anos —explica o economista.— Como se leva dos gastos em previdência e em custeio da máquina, o espaço para investir foi desaparecendo.

Para Velloso, é preciso pensar em obras com enfoque plurianual: —Só assim os projetos vão ter dinheiro para começar e terminar, e não apenas para servir de vitrine eleitoral. Em dois dias de debate, o Fórum Nacional vai abordar tanto a agenda nacional como a situação dos estados, discutindo, por exemplo, a atual crise financeira do Rio.

Entre os participantes dos painéis estão o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (MDB); o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT); o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Wader de Oliveira e o ex-ministro da Fazenda Máílson da Nóbrega. O discurso de abertura será do presidente do BNDES, Dyogo Oliveira. O evento é organizado pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae).

Uma dívida assustadora

Não é apenas o novo presidente da República, a ser sufragado pelas urnas em outubro, quem terá dificuldades de caixa para garantir o funcionamento dos serviços essenciais — saúde, educação e segurança pública, entre outros — e conseguir recursos para investimentos em setores vitais da economia nacional, como a infraestrutura, que se encontra abandonada. Os governadores escolhidos pelos eleitores, nas próximas eleições, também encontrarão sérios entraves para a manutenção da máquina pública e para o pagamento dos salários do funcionalismo — ativos e inativos —, que enfrentam o atraso e parcelamento em alguns estados.

A tendência é de piora na situação financeira de vários entes federados e, na avaliação de especialistas, a União não terá mais fôlego para sair em seu socorro, como tem feito nos últimos anos. O governo federal, qualquer que seja o novo ocupante do Palácio do Planalto, não terá margem de manobra para ajudar os estados e os municípios, seja com outro alongamento da dívida, seja com a reedição do chamado regime de recuperação fiscal, quando os estados foram obrigados a aceitar as condições impostas pela equipe econômica para a renegociação de suas dívidas, entre elas, a reforma das previdências estaduais e as privatizações.

O impacto nas extremamente debilitadas contas públicas — o déficit fiscal estimado é de R\$ 136 bilhões —, com o pagamento, pelo governo federal, das dívidas que os estados e municípios têm com a União, é de R\$ 90,3 bilhões, somente entre 2017 e 2019. O montante mostra a que ponto chegou o endividamento das unidades da Federação e das administrações municipais.

O levantamento foi feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a pedido do Senado, que queria desvendar os motivos do crescimento do endividamento do país. Com a auditoria do TCU, descobriu-se que 90% do rombo é por causa do refinanciamento das dívidas de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Alagoas e da cidade de São Paulo. A primeira renegociação se deu em 2014, quando foi mudado o indexador da dívida dos entes federados com o governo federal. Somente esse acerto custou aos cofres públicos R\$ 37,1 bilhões. O acerto com os municípios, mais R\$ 60,2 bilhões.

Como os gastos não foram contidos em 2016, tanto em nível estadual quanto municipal, e, principalmente, por ser ano eleitoral, nova lei foi sancionada pela Presidência da República. Isso permitiu o alongamento das dívidas. No ano seguinte, com a situação de estados, como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, beirando o caos, o governo aprovou a recuperação fiscal dos estados sob a condição de ajustes, como privatização de empresas públicas e mudanças na previdência.

O que não se pode esquecer é que a dívida renegociada será, na verdade, paga por toda a sociedade brasileira, na medida em que provoca queda na receita financeira da União. Portanto, a tarefa dos novos governadores é exatamente equacionar, de uma vez por todas, esse enrosco. E isso só será possível com a rigorosa contenção dos gastos públicos, mal disseminado por todo o país e que tem de fazer parte do passado, se o país quiser reencontrar o crescimento sustentável.